

# **EDUCAÇÃO PARA A AUTOGESTÃO: A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS FORMATIVOS JUNTO A TRABALHADORES ASSOCIADOS DO PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (INTECOOP-FURG)**

Dra. Danieli Veleda Moura (FURG); Dra. Lucia Anello (FURG); Dra. Maria Odete da Rosa Pereira (FURG); Dra. Sabrina das Neves Barreto (FURG); Esp. Lúcia Nobre (FURG); Bel. Dóris Back Périus; Bel. Maria Angélica Machado [danieliveledamoura@yahoo.com.br](mailto:danieliveledamoura@yahoo.com.br); [luciaanello@hotmail.com](mailto:luciaanello@hotmail.com); [dethfurg@hotmail.com](mailto:dethfurg@hotmail.com); [sabrina.barreto@gmail.com](mailto:sabrina.barreto@gmail.com); [funclrn@furg.br](mailto:funclrn@furg.br); [doh\\_perius@hotmail.com](mailto:doh_perius@hotmail.com); [mangiel9@hotmail.com](mailto:mangiel9@hotmail.com)

Agência Financiadora: CNPQ

GT 8 - Desafios da autogestão

## **1. Introdução**

A economia solidária surge como fenômeno emergente da economia capitalista nos anos 1990 a partir das reformas neoliberais, como uma proposta alternativa de geração de trabalho e renda ao desemprego estrutural. Assim,

Embora amparada em iniciativas populares e da sociedade civil organizada, a Economia Solidária surge especialmente enquanto um programa de combate ao desemprego, desenvolvido por diversas prefeituras governadas pelo Partido dos Trabalhadores desde a década de 1990. Esses governos municipais se dedicaram a estimular e apoiar a organização de cooperativas populares, contando também com a efetiva participação de diversas instituições como universidades, organizações sindicais e organizações ligadas à Igreja Católica (WIRTH et al. s/a).

Como ressalta os autores supracitados, “No Brasil existem diferentes iniciativas de auto-organização em que os trabalhadores possuem a posse dos meios de produção, praticam a gestão democrática e realizam a distribuição dos resultados segundo critérios definidos por eles próprios. Esse conjunto de experiências é denominado de Economia Solidária” (WIRTH et al. s/a). Em sua maioria, são experiências de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores rurais e urbanos, bancos populares, empresas recuperadas, mercados de trocas solidárias, rede de comercialização de produtos ligados ao trabalho associado, grupos de cultura enfim, uma diversidade de experiências.

De acordo com Razeto (1997, p. 35), estas organizações buscam satisfazer necessidades humanas e enfrentar os problemas sociais através da organização de trabalhadores que se associam solidariamente para tal fim, tendo em vista a sociedade excludente em que vivemos. Mas, como ressalta Cruz (2000), a economia solidária não é apenas isso, porque pela sua forma e profundidade, “ela foi capaz de colocar na defensiva as formas secularmente tradicionais de organização da resistência popular”, representando,

portanto, um marco de resistência e luta de trabalhadores. Desta forma, resulta “do encontro dessa conjuntura econômica excludente, com os valores sociais forjados na acumulação social e política das lutas dos anos 1970 e 1980, contra as ditaduras militares, e em favor da democracia participativa e da justiça social a ser conquistada através da igualdade econômica”. Em outras palavras:

Frente ao aumento do desemprego e de formas precárias de trabalho, o trabalho associado re-emerge no Brasil e em outros países da América Latina. De um lado, como resistência ao desemprego e à precariedade por parte dos trabalhadores e, de outro, como política pública de governo, de vertentes da Igreja, ONGs e dos movimentos sociais (WIRTH et al., s/a).

Desta forma, a economia solidária "significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob a hegemonia da globalização financeira". Neste sentido, a radicalização da economia solidária significa a reapropriação daquilo que o capital expropriou dos trabalhadores ao longo da história, valorizando o ser humano sobre o capital (NASCIMENTO, 2005).

Neste contexto, no município do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, mais precisamente na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi criado em 2003 o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), núcleo permanente de extensão, cujo objetivo é oferecer apoio a projetos com enfoque na promoção do desenvolvimento através da geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cooperativas, micro e pequenas empresas, qualificação dos trabalhadores, ações de combate à fome e novas alternativas de produção e consumo. E, em 2004, é aprovado o projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio Grande (INTECOOP-FURG) que se caracteriza pelo desenvolvimento de ações extensionistas que possibilitam, através do processo de incubação, pós-incubação e assessoria, novas alternativas de trabalho e renda à classe trabalhadora na cidade do Rio Grande.

Atualmente, a INTECOOP-FURG, por meio da atuação do NUDESE e sua equipe multidisciplinar, composta por bolsistas, extensionistas e pesquisadores, vem realizando formações de trabalhadores associados em Economia Popular Solidária em nove empreendimentos nas áreas da pesca, reciclagem, artesanato e gastronomia, no município do Rio Grande. Cada empreendimento se encontra em diferente fase de desenvolvimento em relação à sua autogestão. Entendemos a autogestão enquanto “uma decisão coletiva dos

produtores sobre o processo de produção, isto é, os próprios produtores iriam gerir o processo de produção” (FARIA, 2005). Assim, a autogestão é uma relação social fundante de uma nova formação social, para uma ‘outra sociedade’. Nessa perspectiva, a autogestão, enquanto utopia seria um processo de autogoverno pelos ‘produtores livremente associados’, segundo expressão de Marx.

Esses processos formativos em economia solidária se desenvolvem de maneira distinta nos diferentes empreendimentos, conforme a necessidade dos mesmos. Desta forma, nos empreendimentos incubados, como é o caso da gastronomia e artesanato, as atividades de formação são desenvolvidas quinzenalmente e com temáticas que visam ao conhecimento dos princípios e fundamentos da economia solidária e do trabalho associado. Na fase de pós-incubação, no qual encontra-se o empreendimento da pesca artesanal, há o assessoramento técnico e pontuais formações. Já na fase de assessoramento em que se encontra o empreendimento da reciclagem, há encontros de assistência técnica, especialmente no que se refere à documentação, aspectos jurídicos, ambientais e de contabilidade. Deste modo, o assessoramento por parte da INTECOOP-FURG vai diminuindo gradativamente conforme o amadurecimento dos trabalhadores em relação à compreensão do modo de produção econômico, do trabalho associado, da economia solidária, da gestão dos aspectos burocráticos e administrativos de seus empreendimentos dentro desta lógica e, da importância da organização da classe trabalhadora para uma outra sociedade possível e necessária aos interesses humanos e não do capital.

Ao longo de nossas experiências no desenvolvimento desses processos formativos, podemos observar as possibilidades que o trabalho associado, dentro dos princípios e fundamentos da economia solidária, possuem na construção desse outro mundo possível, principalmente naqueles empreendimentos que mais conseguem avançar na sua autogestão. O que nos chama atenção é que a relação entre o desenvolvimento desses trabalhadores associados na autogestão de seus empreendimentos dentro da perspectiva da economia solidária está diretamente ligado ao processo formativo de que participam, o que demonstra que a intencionalidade pedagógica do processo formativo que visa a humanização do trabalhador - e não a sua alienação -, é emancipador por contribuir com o rompimento com tudo aquilo que nos impede de ser mais humanos e, portanto, mais felizes. A intencionalidade pedagógica na práxis educativa presente no trabalho formativo realizado pela INTECOOP-FURG é um aspecto decisivo para nos inserirmos numa visão emancipatória de educação da classe trabalhadora, pois, como diz Loureiro (2012), não nos educamos abstratamente, mas

na atividade humana coletiva, mediada pela natureza, com sujeitos localizados temporal e espacialmente.

Neste sentido, nosso objetivo neste trabalho é refletir sobre a importância dos processos formativos no desenvolvimento dos trabalhadores da INTECOOP-FURG em relação à Economia Solidária. Esta análise é feita a partir das nossas experiências de formação em trabalho associado junto aos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários incubados, pós-incubados e assistidos pela INTECOOP-FURG, por meio do NUDESE no município do Rio Grande.

Na realização destas formações, são utilizados recursos metodológicos como visitas de campo, observação participante, questionários fechados, entrevistas semiestruturadas, acompanhamento sistemático e encontros formativos junto aos empreendimentos de economia solidária; bem como análise dos dados à luz do referencial teórico adotado, o materialismo histórico-dialético, de modo a conhecer as contradições e perceber as potencialidades e fragilidades do trabalho que vem sendo desenvolvido, a fim de se avançar, cada vez mais, neste processo.

Este trabalho encontra-se estruturado na presente introdução; seguida da breve apresentação dos empreendimentos econômicos solidários da INTECOOP-FURG, organizados a partir de sua atividade, ou seja, pesca artesanal, reciclagem, artesanato e gastronomia; em seguida, um item sobre as formações da INTECOOP-FURG junto aos trabalhadores associados; uma reflexão acerca da importância dos processos formativos dos trabalhadores associados, destacando, portanto, a Educação para a Autogestão; os limites e as possibilidades do trabalho associado em economia popular solidária e; por último, as considerações finais.

## **2. Os Empreendimentos Econômicos Solidários abrangidos pela INTECOOP-FURG**

### **2.1. Pesca Artesanal**

Na área da pesca artesanal, a INTECOOP-FURG realiza a pós incubação da Associação de Pescadores Artesanais da Vila Anselmi (APESMI) e Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel (COOPESMI). A APESMI teve origem a partir da associação de 23 pescadores artesanais da Vila São Miguel que a fundaram em de 2002, em virtude das grandes dificuldades enfrentadas pela categoria como: pesca predatória, ação do atravessador e legislação incondizente com a realidade local. Essa

associação teve incentivos do programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o RS-Pesca, da EMATER e da FURG, através do NUDESE.

O grupo de pescadores associados começou a participar de cursos, oficinas, seminários e audiências públicas. Em 2004 propuseram um projeto de entreposto<sup>1</sup> que possibilitasse a lavagem e armazenamento do pescado e, desde então, mantiveram uma busca constante de políticas públicas para o setor e com sua efetiva participação conquistou um acento no Fórum da Lagoa dos Patos<sup>2</sup>. A APESMI ao longo destes anos teve um forte protagonismo nas comunidades tradicionais de pesca tais como: luta e conquista de moradia para pescadores, auxílio financeiro e alimentício nos períodos de safras fracassadas, além de buscar junto a Capitania dos Portos o acesso dos analfabetos para realização dos cursos que lhes permitiam ter matrícula de pesca, um dos documentos exigidos para o exercício da profissão.

A Associação juntamente à Incubadora busca ativamente fontes de recursos que lhe permitem aprimorar o entreposto de beneficiamento de pescado, tais como uniformes e materiais de produção, equipamentos, assistências técnicas, serviços de manutenção e também aumentar seu protagonismo na Comunidade São Miguel na cidade do Rio Grande. Com o patrocínio Petrobras, a APESMI teve a oportunidade de trabalhar a desmistificação do pescado nas escolas municipais.

De forma a atender a legislação e viabilizar comercialização do pescado junto à órgãos públicos e outras entidades, foi necessário a criação da COOPESMI no ano de 2012. Desde então, grandes conquistas foram obtidas para o grupo como a entrega de pescado na merenda escolar da rede municipal e estadual, no Hospital Santa Casa do Rio Grande e a comercialização do peixe em feiras livres da cidade e na Rede de consumidores Bem da Terra.

## **2.2. Reciclagem**

A história do NUDESE junto aos trabalhadores da reciclagem começa em 2006 com o *Programa Reciclar é Vida*, cuja finalidade é a segregação dos resíduos sólidos da

---

<sup>1</sup> Em 2009 foi firmado convênio com o Ministério da Pesca e Aquicultura para a conclusão do entreposto em terreno sob o regime de comodato. As obras concluíram-se apenas em 2013, com financiamento do FEAPER e patrocínio Petrobras.

<sup>2</sup> O Fórum da Lagoa dos Patos foi criado em 1996, como espaço de formulação e mediação de conflitos que buscam a democratização das ações de fiscalização e controle para a gestão dos recursos pesqueiros (MOURA et al., 2013; MOURA e LOUREIRO, 2015).

Universidade e a geração de trabalho e renda a partir destes resíduos. O programa recebia da Universidade os resíduos provenientes da coleta seletiva, tendo como destino uma associação de reciclagem localizada na Vila da Quinta, em Rio Grande. Particularmente, com a Cooperativa de Reciclagem Santa Rita, localizada na entrada da área do antigo Lixão Municipal dos Carreiros, a atuação do NUDESE passou a ser frequente a partir de 2015, quando teve início o Projeto Catador em Ação, projeto de apoio, formação e assessoramento às quatro Associações e uma Cooperativa de Recicladores, financiado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande/SMMA, realizado em parceria com o NUDESE/FURG. Foi durante este Projeto que verificou-se que os documentos de constituição da Cooperativa não estavam em conformidade com a lei e, portanto, a Cooperativa não conseguia registrar-se na Junta Comercial. Deste modo, a atuação do NUDESE se deu no sentido de assessorar este processo, o que culminou também com o desenvolvimento de um outro Projeto, relativo à alfabetização dos trabalhadores deste empreendimento, tendo em vista que o mesmo é composto por muitos analfabetos ou pessoas com pouco nível de escolarização. O Projeto vem sendo desenvolvido pela Professora Dra. Sabrina Barreto do Instituto de Educação da FURG. A partir dessas demandas, os cooperados sentiram a necessidade de continuidade no assessoramento. Assim, a partir do ano de 2018, a Cooperativa Santa Rita passou a ser assessorada pela INTECOOP-FURG.

### **2.3.Artesanato**

As ações do NUDESE neste segmento tiveram início com incentivo à participação em feiras e outros eventos e, posteriormente, quando integrantes dos grupos de artesanato vinculados ao Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária tiveram necessidade de qualificação e fortalecimento do seu trabalho para tentar vencer a situação de vulnerabilidade social. Para atender esta demanda foi desenvolvido o Projeto Linhas e Letras em duas etapas que previa a capacitação dos artesãos nas áreas de corte e costura, pintura e tingimento, planejamento e marketing, bem como os temas relacionados à Economia Popular Solidária. O projeto Linhas e Letras permitiu que várias pessoas e grupos se aproximassem da Incubadora com a intenção de trabalhar de forma coletiva e com os princípios da Economia Popular Solidária. Atualmente no segmento do artesanato, a incubação por parte da INTECOOP-FURG tem se dado junto a trabalhadoras que produzem seus artesanatos de forma independente, em suas próprias residências, mas que se organizam para comercializarem conjuntamente, encontrando-se hoje com ponto de mostra e

comercialização de seus produtos em dois quiosques próximos ao Centro de Convivências da FURG-Campus Carreiros.

#### **2.4. Gastronomia**

O trabalho do NUDESE com a gastronomia teve início em 2009 com a criação do Grupo Deguste que tinha seu trabalho voltado à perspectiva da Economia Popular Solidária, se definindo em iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. O trabalho teve sua maior divulgação durante a 37ª Feira do Livro da FURG, evento de abrangência regional, onde as integrantes puderam comercializar seus lanches para todo o público da Feira. A partir daí o grupo começou a consolidar seu espaço dentro da Universidade sendo conhecido em eventos, congressos e seminários sediados pela FURG.

O trabalho na configuração do Grupo Deguste acabou se desfazendo em virtude do falecimento de uma das integrantes e aposentadoria de outra, o que impediu a continuidade daquele coletivo, porém a proposta se transformou e outro grupo foi constituído, o chamado Delícias Solidárias, pautado nos mesmos princípios de trabalho associado e Economia Popular Solidária. Essa nova proposta também teve oportunidade de comercializar na Feira do Livro da FURG, bem como conveniar espaços da Universidade como o Quiosque “Café Cultural” e um espaço no CIDEC, ambos no Campus Carreiros da FURG. Também comercializam na Plataforma Cirandas do Grupo de Consumidores Responsáveis do Armazém da Economia Popular Solidária.

### **3. As Formações realizadas pela INTECOOP-FURG junto aos trabalhadores associados de empreendimentos econômicos solidários**

Em fase de incubação encontram-se aqueles que estão desde o início de sua constituição junto ao NUDESE e seu desenvolvimento, necessita ainda de formação e assessoramento em princípios e fundamentos da economia solidária, bem como dos mecanismos necessários ao estabelecimento e planejamento de negócios. Conforme o Manual de Economia Solidária, elaborado pela Assembleia Legislativa do RS (2017):

[...] o Processo de Incubação de Empreendimentos Econômico Solidários compreende um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que percorrem desde o surgimento do Empreendimento Econômico Solidário até sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos, fazer com que o Empreendimento, no fim do processo, conquiste autonomia organizativa e viabilidade econômica.

Os empreendimentos econômicos solidários que se encontram nesta fase são os empreendimentos ligados à gastronomia e a rede de artesanato. Com estes grupos, as atividades de formação são desenvolvidas de forma dialógica e continuada, estruturadas em uma agenda de reuniões técnicas quinzenais, que compreende não só uma reunião prévia da equipe de trabalho para organização das temáticas com enfoque nas demandas dos trabalhadores e do material a ser utilizado nas formações, bem como as reuniões com os trabalhadores para a realização das formações propriamente ditas, onde são trabalhados temas como o que é economia solidária, suas práticas, empreendimentos, movimentos sociais; consumo ético e circuitos de consumo; importância enquanto política pública; formação, incubação, pós-incubação e assessoria; planejamento financeiro; produção, comercialização e consumo solidários; articulação com outros grupos e redes de economia solidária; participação em eventos como encontros e fóruns, entre outros.

Na fase de pós-incubação encontra-se o empreendimento ligado à pesca, que após passar pelo período de incubação ainda necessita de alguns assessoramentos técnicos, bem como pontuais formações já que entendemos o processo formativo em economia solidária como algo contínuo e permanente para que estes empreendimentos tenham autonomia e lhes seja garantido o fortalecimento da cidadania. Assim:

O processo de pós-incubação/desincubação se constitui em ações pontuais, ligadas as demandas e necessidades do grupo. Este momento se remete a um “desvinculo” da incubadora, tornando o empreendimento autônomo, não dependendo mais do apoio incondicional da equipe técnica. Muitas incubadoras apontam que este processo é um dos mais difíceis, pois muitos grupos acabam se tornando dependentes do trabalho realizado cotidianamente no decorrer da incubação (GOERCK, 2013).

Quanto à assessoria técnica para empreendimentos de economia solidária, esta:

[...] deve possuir como horizonte o fortalecimento dos empreendimentos, tanto através da apropriação de conhecimentos técnicos quanto pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão, da gestão democrática e da participação dos trabalhadores associados no interior das unidades de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como favorecer a construção de redes de cooperação e cadeias solidárias (Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2017).



No que diz respeito à fase de assessoramento temos o empreendimento ligado à reciclagem, pois este não está desde sua constituição junto ao NUDESE, ou seja, não foi incubado em sua origem pela INTECOOP-FURG, mas como é um empreendimento que está dentro da linha de trabalho associado ligado aos princípios da economia solidária, tem sido assessorado pela Incubadora, tendo em vista o suprimento de suas necessidades quanto à assistência técnica, especialmente no que se refere à documentação, aspectos jurídicos, ambientais e de contabilidade.

Neste sentido, o assessoramento por parte da INTECOOP-FURG é feito tanto com os grupos incubados, pós-incubados quanto assistidos, de modo que estes grupos consigam manter e estabilizar seus negócios. Convém destacar que a intensidade do assessoramento vai diminuindo conforme o amadurecimento dos trabalhadores quanto à gestão dos aspectos burocráticos e administrativos de seus empreendimentos.

Desse modo, a formação dos trabalhadores dos empreendimentos pós-incubados e assessorados tem outro enfoque que não o mesmo dos empreendimentos que estão em fase de incubação. Suas formações ainda que relembrem os fundamentos da economia solidária, se dirigem mais às questões de assessoria técnica conforme demanda destes grupos. Tem-se focado assim, em oferecer curso de capacitação nas áreas técnicas de gestão (custos, planejamento estratégico e processo de comercialização).

#### **4. A Educação para a Autogestão: A Importância dos Processos Formativos junto a Trabalhadores Associados**

No contexto da 1ª Revolução Industrial<sup>3</sup> e, conseqüentemente, do surgimento do proletariado, o debate sobre a organização das unidades produtivas entre os que negam ou sinalizam a necessidade de superação da alienação do trabalho e a extração da mais-valia remete a um debate clássico entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Do ponto de vista dos socialistas utópicos como Fourier, Owen e Proudhon, a organização dos trabalhadores em cooperativas ou em sociedades comunitárias, como reação às duras condições do trabalho industrial, seria suficiente para a constituição gradativa de uma

---

<sup>3</sup> A partir do século XVIII, a ciência ingressou em um constante processo de evolução, que desencadeou uma série de novas tecnologias que transformaram de forma rápida a vida do homem, sobretudo, no modo de produzir mercadorias. Nesse último caso, serviu principalmente ao setor industrial, acelerando o desenvolvimento do sistema capitalista. Essa acelerada transformação no setor produtivo industrial é denominada historicamente como Revolução Industrial. A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, no final do século XVIII início do século XIX, logo mais outros países como França, Bélgica, Holanda, Rússia, Alemanha e Estados Unidos ingressaram nesse novo modelo de produção industrial (Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primeira-revolucao-industrial.htm>).

autêntica sociedade socialista. Já para o socialismo científico, todos os esforços organizativos deveriam ser dirigidos à superação revolucionária do sistema, ou seja, à superação da sociedade de classes, do trabalho alienado e, portanto, da sociedade do capital (WIRTH et al., s/a). Esta seria, pois, uma possibilidade a ser alcançada via trabalho associado.

No início do século XX, Rosa Luxemburgo publica o livro *Reforma ou Revolução?* (1999) que recoloca o debate sobre o cooperativismo quando o capitalismo já havia se tornado o modelo hegemônico. Em discordância com o reformista Bernstein<sup>4</sup>, a autora<sup>5</sup> assinala o caráter degenerativo das cooperativas por terem de adaptar seu sistema de produção às trocas capitalistas. Aponta, assim, a contradição entre a lógica de funcionamento interna e o imperativo externo (LUXEMBURGO, 1999; LOUREIRO, 2011; WIRTH et al., s/a) que seria, portanto, um limite ao trabalho associado. Isto é muito comum nos empreendimentos de economia popular solidária, em que as pessoas trabalham coletivamente e dentro de uma perspectiva alternativa de se fazer economia, no entanto, por estarem inseridas no modo de produção capitalista, boa parte delas, continuam alimentando esta lógica perversa, uma vez que aquilo que é produzido na lógica da economia solidária, na maioria das vezes, tem suas matérias-primas vindas do mercado convencional e aquilo que é comercializado dentro da lógica solidária, normalmente retorna ao mercado capitalista, quando o trabalhador associado precisa fazer suas compras tanto para manter sua existência quanto para continuar produzindo nessa economia alternativa. A dificuldade está em superar estes elos da cadeia produtiva. Este é um tema constante de debate nas formações da INTECOOP-FURG junto aos trabalhadores associados, isto é, a necessidade, de se adquirir produtos da economia solidária e da reforma agrária para a alimentação e para a confecção de seus produtos, pois não adianta suas produções e comercializações serem econômicas solidárias se continuar

---

<sup>4</sup> Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo não levaria à monopolização crescente da economia, mas à sua democratização, com o aumento do número de proprietários via introdução das sociedades por ações. Essa tendência produziria um fortalecimento das classes médias, eliminando as previsões ‘catastróficas’ de Marx sobre o choque inevitável entre burgueses e proletários. Por isso, Bernstein decidiu ‘revisar’ as teorias de Marx – daí o termo revisionismo.

Esta análise o leva a elaborar uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. Para ele, seria através do voto que o trabalhador se elevaria ‘da condição social de proletário para aquela de cidadão’. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através de reformas econômicas, ao socialismo. Na verdade, ele considerava que essas reformas já seriam a própria realização da nova sociedade (LOUREIRO, 2011, p. 13-14).

<sup>5</sup> Rosa Luxemburgo não negava o papel das reformas, mas acreditava que entre a reforma e a revolução devia haver um elo indissolúvel no qual a luta pela reforma é o meio e a revolução social é o fim (LOUREIRO, 2011, p. 14).

fortalecendo a economia capitalista e não aqueles que trabalham com a mesma perspectiva justa e solidária.

Mesmo as experiências de trabalho associado articuladas aos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento das fábricas ocupadas, que possuem bandeiras anticapitalistas claras, possuem sua atuação limitada pelas condições de mercado e por condicionantes técnicos. Uma dessas limitações é o uso de máquinas e técnicas de organização de produção que carregam consigo interesses, valores e objetivos capitalistas provenientes do meio social no qual foram concebidas, como salienta Wirth et al. (s/a) a partir de Dagnino (2008).

O debate de Rosa Luxemburgo (1999) traz a ideia de que a autogestão, um dos princípios estruturantes da Economia Solidária, precisa romper o processo de estar na defensiva do trabalho associado para estar na ofensiva, ou seja, buscar o fortalecimento da organização de trabalhadores associados para uma outra realidade social que leve em conta a perspectiva do trabalhador. Em outras palavras, precisa se configurar em uma forma de organização da classe trabalhadora para uma outra sociedade. Como destaca Wirth et al. (s/a), compartilham desta perspectiva teórica, autores como Maurício Sardá de Faria, Nelsa Maria Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez, Lia Tiriba, Cláudio Nascimento, Henrique Novaes, cuja a ênfase dos estudos sobre o trabalho associado está na autogestão como meio e fim das lutas dos trabalhadores. Esses autores, para além da gestão da unidade produtiva, apontam a necessidade da construção do socialismo autogestionário, entendendo o trabalho associado como espaços importantes, inventados pelos próprios trabalhadores, e que podem potencializar outras formas de luta.

Nesta mesma perspectiva de possibilidades do trabalho associado, Nascimento (2005) e Wirth et al. (s/a) salientam a partir de algumas experiências históricas, que é possível percebermos que a ideia de autogestão extrapola as formas de gestão no interior das unidades produtivas, sintetizando perspectivas de mudanças estruturais de organização e de participação social. Nesse sentido, a autogestão é um elemento historicamente inserido na luta de classes que se manifesta na organização do trabalho, podendo vir a se inserir também na forma de gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação, das escolas etc.

Para os autores filiados à perspectiva da autogestão dos trabalhadores associados como forma de superação da sociedade excludente, parcelas da Economia Solidária realizam a

autogestão possível e tem potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital (WIRTH et al., s/a). A autogestão ao nível das unidades produtivas ou autogestão parcial (possível), que opera em unidades de produção ou de trabalho que possuem *características autogestionárias*<sup>6</sup> é parcial porque não se realiza plenamente, e não se realiza porque se encontra inserida no sistema de capital e ainda não em uma autogestão social, que somente pode existir nas unidades produtivas em uma autogestão plena, isto é, quando houver a emancipação humana, ou seja, a emancipação de tudo aquilo que nos impede de compreender que “a forma como a realidade se apresenta não é algo natural, pois tem um conteúdo com intenção de criar e manter uma sociedade de classes e, portanto, [uma sociedade] da desigualdade e da injustiça” (MOURA, 2016).

Nesse sentido, esses empreendimentos que buscam a autogestão dos trabalhadores associados se opõem à concepção reformista de Bernstein já refutada por Rosa Luxemburgo no início do século XX. Para Bernstein, a capacidade de recuperação do capitalismo em momentos de crise é historicamente constante. Rosa não objeta tal capacidade de recuperação, mas afirma que tal propriedade não coloca em questão a possibilidade do colapso interno no modo de produção capitalista (GOMES, 2016, p. 160) e o fato de que o capitalismo não existiu sempre, ele foi construído e, como tal, pode vir a transformar-se em outro modo de produção, como ele próprio surgiu a partir do desenvolvimento de outros que o antecederam e isso se dará com a emancipação da classe trabalhadora. Como diz Rosa Luxemburgo (1999, p. 63), fiel às concepções de Marx, “A libertação da classe operária deve ser obra da própria classe operária”.

Então, a compreensão de autogestão, implica pensarmos que as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica do capital dominante (WIRTH et al., s/a). Rosa Luxemburgo (1999) já ponderava que o movimento dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e a atividade parlamentar, por exemplo, são formas de tornar os trabalhadores cientes de sua condição de classe e dos limites que lhe são impostos. No entanto, para ela, uma outra sociedade, se dá a partir do desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores que surge a partir da luta de classes. Para Rosa, o movimento por reformas sociais é “um processo de aprendizado da classe trabalhadora”, no qual “se desenvolve a consciência de classe” “na luta de classes” (GOMES, 2016, p. 158).

---

<sup>6</sup> As características autogestionárias envolvem, em resumo, a gestão democrática, o autocontrole do processo de produção pelos trabalhadores, e a distribuição do resultado.

O desafio estaria então na superação do trabalho alienado e todos os seus corolários. O trabalho alienado e seus corolários representam dialeticamente os limites do trabalho associado por condicionarem os trabalhadores a serem menos humanos e mais mercadorias e, na luta contra esta situação-limite, está a possibilidade de superação dessa relação.

A possibilidade de avanço dos trabalhadores associados está ligada à articulação com o movimento de luta mais amplo dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de superação da sociedade de classes e não apenas de unidades produtivas. As organizações de trabalho associado não seriam a única ou a principal forma de enfrentamento, mas podem potencializar a luta dos movimentos sociais (WIRTH et al., s/a).

Nos empreendimentos econômicos solidários da INTECOOP-FURG, em sua grande maioria, há um esforço de gestão coletiva. É possível perceber a presença de valores de solidariedade, coletividade e participação nestes espaços. Isto se dá por uma diferença crucial entre a economia capitalista e a solidária. No capitalismo, o interesse é no lucro de alguns e, na economia solidária, o interesse é o bem-viver de todos. Nesse sentido, Gadotti (2009, p. 31) afirma que “Os empreendimentos solidários se distinguem dos empreendimentos capitalistas porque propõe uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas”. O trabalho associado é uma forma de resistência que evidencia as contradições do modo de produção vigente.

A fim de que o trabalho adquira um caráter emancipatório faz-se necessário que os empreendimentos econômicos solidários sejam autogeridos, para que os trabalhadores possam agir enquanto sujeitos de si mesmos. De acordo com Tiriba:

A autogestão consiste em que cada um possa constituir-se senhor de si mesmo, de seu trabalho, como sujeito criador de história e construtor de uma nova ordem social o que pressupõe uma relação estreita entre teoria e prática, entre o que-fazer no chão-da-produção e os fundamentos filosóficos e científico-tecnológicos relativos ao mundo do trabalho (2001, p. 182).

Partindo dessa reflexão, portanto, por já sabermos que o trabalho para ser resistência precisa adquirir sentido, é possível notar a importância da formação tanto política – filosófica – quanto técnica, no que se refere às cooperativas que seguem uma lógica econômico-solidária. Os dois tipos de formação são igualmente importantes em demandas diferentes da produção associada, uma vez que é muito importante que os sujeitos se compreendam

enquanto atores nesse processo, e que possam, estando inseridos nesse sistema de produção, realizar as suas atividades “competindo” da melhor forma no mercado.

Em muitos empreendimentos, que são assessorados por incubadoras, os dois tipos de formação acabam sendo intermediados por estas que assumem esse papel formador, como é o caso da INTECOOP-FURG. Na falta de políticas públicas de educação mais expressivas que trabalhem nessa direção, as formações políticas ficam por conta das universidades – através das incubadoras – ou por conta dos movimentos sociais e das relações comunitárias. Os empreendimentos econômicos solidários costumam ter sua origem em movimentos sociais ou nas relações comunitárias – associações de bairro, pastorais comunitárias –, o que garante a eles uma formação política que facilita a compreensão do caráter social e de resistência que seu trabalho possui e, para, além disso, essa formação deve facilitar a compreensão do trabalho enquanto potencializador dos sujeitos. A formação técnica, muitas vezes, forma os sujeitos para exercer esse trabalho, mas em outras situações serve para atualizar os trabalhadores e para adequar o trabalho às normatizações estabelecidas pelo Estado.

Em oposição a essa ideia, a compreensão limitada da autogestão levaria a uma perspectiva conveniente à acumulação flexível, em que o trabalho associado é integrado aos processos de terceirização. Nessa condição, grupos de trabalhadores se tornam proprietários dos meios de produção e controlam apenas uma parcela do processo produtivo, precisamente daquela parcela que parece menos rentável aos olhos do capital. Já segundo a compreensão da autogestão inscrita no processo histórico da luta de classes, as experiências de trabalho associado são uma forma de resistência ao desemprego e podem contribuir com a formação e articulação da classe trabalhadora no enfrentamento ao capital (WIRTH et al., s/a).

Nesse sentido, os autores que defendem a vertente da autogestão do trabalho associado, buscam compreender como os trabalhadores em autogestão subvertem a administração pautada pela relação de trabalho subordinado em uma administração que nega esse princípio; verificam como os trabalhadores de fábricas recuperadas substituem o controle hierárquico da produção por formas mais condizentes com a autogestão; investigam em que medida trabalhadores realizam uma adequação sociotécnica dos maquinários e processos produtivos em busca de uma tecnologia e organização do trabalho condizentes com a autogestão e desmercantilização e; em que medida as experiências de trabalho associado em cooperativas de triagem de materiais reciclagem potencializam a reconfiguração as relações de gênero (WIRTH et al., s/a).

## **5. Algumas Reflexões acerca do Processo Formativo realizado pela INTECOOP-FURG com trabalhadores associados na perspectiva da Economia Solidária**

Há muitas dificuldades para se manter enquanto empreendimento econômico solidário seja ele cooperativa ou até mesmo grupo informal. Os empreendimentos populares enfrentam grandes desafios para garantir a sua sobrevivência como, por exemplo, a não geração de sobras suficientes para a retirada dos seus membros, que buscam renda para o sustento familiar; dificuldades nos processos burocráticos contábil até para calcular e/ou dividir as sobras com todos os integrantes. A maioria dos empreendimentos apresenta falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos financeiros e materiais; a rotatividade dos membros devido à demora nos resultados e ainda, à atração existente pela sonhada carteira assinada oferecida pelo emprego formal; dificuldades no processo produtivo e na comercialização dos produtos; a dependência gerada pela ajuda da assessoria; e dificuldades relacionadas ao processo de tomada de decisões.

Existem também muitas fragilidades relacionadas à cadeia produtiva dos empreendimentos incubados. A dificuldade em constituir capital de giro não permite maior fomento aos processos produtivos, impossibilitando a aquisição de maquinários e equipamentos que possibilitariam maior estruturação dos empreendimentos e, conseqüentemente, sua viabilidade econômica e sustentabilidade.

Talvez estas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores associados da economia solidária, sejam fatores que interferem em seus avanços na organização de sua autogestão, pois a busca pelo atendimento às necessidades imediatas de manterem a si e seus empreendimentos interfere, muitas vezes, na forma como compreendem o processo educativo do trabalho associado e da economia solidária. Essa dificuldade é tanto maior quanto mais inicial é a constituição do empreendimento ou conforme as dificuldades que encontram para se manterem em uma economia hegemônica que não quer que este modelo alternativo funcione e se desenvolva.

Outro fator que colabora para a não efetividade da compreensão da importância das formações é a rotatividade dos trabalhadores nos empreendimentos de trabalhadores associados. Se por um lado, essa rotatividade está atrelada às dificuldades de ganho e não acesso à direitos trabalhistas em comparação ao emprego tradicional, dito formal; por outro lado, é ela que corrobora para que o grupo não constitua uma uniformidade de compreensão

da importância da organização e da luta dos trabalhadores, tendo em vista que quando se está avançando na formação, novos membros vão entrando.

Uma outra situação que dificulta a compreensão dos princípios e fundamentos do trabalho associado, da autogestão e da economia solidária é o fato de que na sociedade capitalista existe uma separação entre a educação e o trabalho, uma vez que a escola prepara o trabalhador para uma ação que só se realiza a posteriori, enquanto na lógica do trabalho associado, o trabalho por buscar não ser alienado e sim emancipador do ser humano, é ao mesmo tempo meio e fim educativo. Romper com o processo de alienação em que vivemos desde que nascemos e sob o qual fomos educados a viver sem questionar, o aprender a dizer sua palavra, tomar atitudes levando em consideração o grupo, a vontade da maioria, o ser solidário e não competitivo, é algo muito difícil de se fazer. É por isso que o processo formativo com trabalhadores associados em economia solidária precisa ser permanente e contínuo, pois a percepção e controle coletivo do processo de produção é algo que só se concretiza na ação coletiva e gradual dos próprios trabalhadores.

No âmbito dos empreendimentos ligados à INTECOOP-FURG, a continuidade das formações, principalmente com os grupos em processo de incubação que são os empreendimentos da gastronomia e artesanato, parece estar surtindo efeito no que se refere à sua intencionalidade pedagógica. Dizemos isto porque nas entrevistas realizadas com os trabalhadores associados em 2016, estes não pareciam compreender bem a necessidade de um espaço formativo interno, a fim de poderem socializar com os demais trabalhadores que não conseguiram participar das formações externas. Isto é, como os espaços de formações do trabalho associado e economia solidária podem acontecer fora da cidade e não haver recursos financeiros para que todos os trabalhadores possam se fazer presentes, sempre vai alguns representantes do grupo. No entanto, como se trata de empreendimentos solidários, os que tiveram a oportunidade de aprender precisam compartilhar estes conhecimentos com o grupo e eles não só não compartilhavam como não viam a necessidade de compartilhar o conhecimento. Já, neste ano de 2018, pudemos observar que os trabalhadores que foram em eventos dentro ou fora da cidade, anotaram os principais tópicos dos temas abordados e as compartilharam detalhadamente com o grupo nas formações quinzenais que acontecem na INTECOOP-FURG. Isto demonstra um amadurecimento do grupo tanto em aproveitar suas idas a eventos não apenas como passeios, mas como oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento do espírito solidário com seus colegas. Atribuímos este avanço às



formações, pois em 2016 estes trabalhadores ainda não tinham iniciado um processo sistemático de formação contínua como possuem atualmente.

Esse papel transformador dos processos formativos em economia solidária, podem ser observados no empreendimento da pesca artesanal, que é um empreendimento pós-incubado. Nele, observamos que a compreensão sobre o processo de formação quanto ao trabalho associado é bem diferente dos grupos que ainda estão em processo de incubação. Durante entrevista, um dos trabalhadores salienta a importância da formação, principalmente tendo em vista, o surgimento de novos cooperados: *“Eu acho que a formação deveria ser até permanente, não é? Eu sempre cobre bastante isso sabe? Porque às vezes a gente faz a formação aí de dez, um consegue continuar o caminho né, aí daqui a pouco nove já acaba se esquecendo e aos poucos retornando, aí daqui a pouco tem uma formação e opa! Já é algo de novo então vamos voltar de novo pra [ter a oportunidade de aprender]”*.

Perguntado sobre a adesão dos trabalhadores aos processos formativos sobre economia solidária, este mesmo cooperado diz:

No começo não gostam, mas no momento depois que começa a participar vê a importância que tem né, porque [...] a gente vive numa sociedade capitalista e de produção, a gente não vive numa sociedade socialista e que queira de alguma forma organizar né? A gente vive numa sociedade individualista né e tu conseguir mudar isso aí... A gente tá engatinhando né, em onze anos, quinze anos é difícil. Tu só consegues muitas vezes ligar a luz, aí quando tu tens uma formação né [...]. Eu, o meu parecer assim eu acho que deveria ser uma coisa de dois em dois anos deveria ter alguma formação pra que a gente ascenda a luz de grupo [...]. Tu convives com todo mundo e a todo momento nas comunidades, daqui a pouco tu começa a realmente pensar que o grupo não vale a pena e não é uma verdade, a única forma que tu consegues hoje andar é em grupo, porque individual se andasse já teria andado né, esses anos todos trabalhando nesse sistema aí tu vê que tens grandes dificuldades, só te organizou porque não avançou. [...]. É a saída, só que [...] tu vais trabalhar mais ainda do que tu já trabalhava [...]

Deste modo percebemos que a forma como os empreendimentos se constituem influencia diretamente a sua relação com a formação, e com a noção de autogestão dos grupos de forma geral. Aqueles grupos que possuem uma relação com movimentos sociais, ou surgem dele - como no caso do empreendimento da pesca artesanal, estabelecem relações mais orgânicas com a comunidade em que estão inseridas, assimilam melhor os conceitos de cooperação, autonomia do que outros empreendimentos. Vale ressaltar também que se trata de empreendimento pós-incubado, que embora sempre haja a necessidade de formação, o seu amadurecimento em relação à sociedade em que se vive e da autogestão com base nos princípios e fundamentos da Economia Solidária é algo em um estágio mais avançado de

desenvolvimento no que diz respeito à consciência de classe se comparado aos empreendimentos que ainda se encontram em fase de incubação.

Empreendimentos que pouco conhecem sobre Economia Solidária acabam tendo uma produção um tanto desconexa da lógica. Assim, por desconhecerem seus conceitos, acabam, muitas vezes, reproduzindo o comportamento opressor, ao não possuírem uma gestão mais participativa e democrática e não promoverem espaços internos de avaliação e formação política. Isso também implica em lideranças cristalizadas, justamente pela falta de participação coletiva na gestão. Neste sentido, os espaços formativos têm enorme importância uma vez que, possibilitam o que Mézáros (2005) chamou de *contra-internalização*, podendo ser o primeiro passo para romper com a lógica desumanizadora do capital. A contra-internalização se caracteriza pelo posicionamento contrário à internalização dos ideais do modo de produção capitalista.

## **6. Considerações Finais**

A formação de trabalhadores associados articula o trabalho dos bolsistas, extensionistas e pesquisadores envolvidos com os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários incubados, pós-incubados e assistidos pela INTECOOP-FURG através do NUDESE. Estas formações variam conforme a maturidade do grupo de trabalhadores associados de cada empreendimento, mas caminham no sentido de temas que tratam da organização das unidades produtivas numa lógica pautada na negação e superação da alienação do trabalhador e da extração da mais-valia e do desenvolvimento da autogestão, da solidariedade, da organização da classe trabalhadora.

Acreditamos que as experiências práticas que se arriscam a construir no presente aquilo que postulam, isto é, uma outra sociedade, estão permeadas de contradições por estarem “imersas” em um modo de produção que desumaniza. No entanto, tais contradições não as condenam ao fracasso, mas constituem um ponto de partida possível para uma transformação social. Nesse sentido, a autogestão dos trabalhadores associados em economia solidária é um elemento historicamente inserido na luta de classes que se manifesta na organização do trabalho, e para além disso, tem a possibilidade de se inserir na gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação, das escolas etc.

Uma das maiores dificuldades para os empreendimentos é o caminho para a autogestão parcial, uma vez que no interior dos mesmos ainda se encontram arraigados elementos como: destaque de liderança que inibe a participação, bem como processos formativos aligeirados.

Foi possível averiguar que os empreendimentos vivem uma dificuldade de compreender e, com isso, praticar o conceito radical de trabalho associado, cooperativismo popular, economia solidária. Em nossa vivência junto a INTECOOP-FURG, concluímos que em empreendimentos que não compreendem a necessidade da coletividade enquanto eixo central que amarra toda gestão social de um empreendimento solidário, - o que é extremamente problemático para o debate da Economia Popular Solidária -, o nível de participação e organização coletiva é frágil quando não inexistente. Os empreendimentos organizam-se de forma a contemplar apenas a etapa da comercialização, como se esta fosse uma etapa solta, desvinculada da concepção educativa do trabalho associado.

No entanto, de modo geral, compreendemos que experiências, ainda que embrionárias da economia solidária avançam em alguns elementos da gestão clássica, pois como os empreendimentos são geridos pelos próprios sócios, as possibilidades de coletividade na organização são mais amplas, embora difíceis. Isso pode ser verificado nos empreendimentos que apresentam clareza quanto à importância dos processos formativos em economia solidária e avançam na relação teoria e prática de seus princípios e fundamentos. Estes empreendimentos conseguem, ainda que com dificuldades, vislumbrar e praticar os significados de gestão coletiva e participação social.

É válido ressaltar, que este modelo de organização popular – a autogestão em economia solidária - é difícil para inúmeros trabalhadores, pois somos educados em todos os âmbitos da sociedade para os valores burgueses - a competição, o lucro, o individualismo, sendo o processo de transformação, portanto, extremamente lento e gradual.

Apontamos que os empreendimentos que acompanhamos na INTECOOP-FURG demonstram a possibilidade de superar em alguma medida, a lógica reducionista do capital, retomando o trabalho em sua forma ontocriativa - pelo trabalho associado como *forma de resistência* no interior do modo de produção capitalista, tendo enquanto finalidade única a garantia da reprodução ampliada da vida. Para isto, o processo educativo presente nas formações de trabalhadores associados da economia solidária precisa ser algo contínuo e permanente, com uma diretividade que possa tornar a nossa utopia de um outro mundo possível, uma realidade concreta.

### **Referências Bibliográficas**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. **Manual de Economia Solidária**. Rio Grande do Sul, 2017.

CRUZ, Antônio. **As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho.** Campinas: arquivo eletrônico, 2000.

FARIA, M. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital.** Florianópolis, SC. Tese de doutorado em Sociologia Política no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GADOTTI, Moacyr. **A economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOERCK, C.; GAVIRAGHI, F.J.; CELSO, R.A.; ALVES, B.S.; CARLOS, A.C.S. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: potencialização e fomento de experiências de geração de trabalho e renda em Santa Maria no RS.** Anais do 31º SEURS. Florianópolis-SC, 2013.

GOMES, Débora Corrêa. Rosa Luxemburgo, uma teoria da ação revolucionária. In Juliana Pacheco (Org.). **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental.** 4.ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.** 2.ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo-SP: Expressão popular, 1999.

MOURA, Danieli Veleda.; LOUREIRO, Carlos Frederico B.; ANELLO, L.F.S.; PEREIRA, M.O.R. **Situação-Limite, Ato-Limite e Inédito Viável: As Categorias Freireanas presentes nas Representações e Práticas de Educação Ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos.** In VII Encontro de pesquisa em educação Ambiental: Problematizando a Temática Ambiental na Sociedade Contemporânea, 2013, Rio Claro-SP. VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: Problematizando a Temática Ambiental na Sociedade Contemporânea, 2013.

MOURA, Danieli Veleda; LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O Fórum da Lagoa dos Patos e a Educação Ambiental Crítica: Uma Leitura a partir de Paulo Freire.** Contribuciones a las Ciencias Sociales , 2015.

MOURA, D.V. **A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica.** PPGEA-FURG, 2016.

NASCIMENTO, C. **Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias).** Brasília, Senaes, abril de 2005.

TIRIBA, L. **Pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

WIRTH, Ioli G.; FRAGA, Laís S.; NOVAES, Henrique T. **Educação, Trabalho e Autogestão: Limites e Possibilidades da Economia Solidária.** Disponível em: [http://cirandas.net/articles/0009/6801/texto\\_novaes.pdf](http://cirandas.net/articles/0009/6801/texto_novaes.pdf). Acesso em setembro de 2018.